





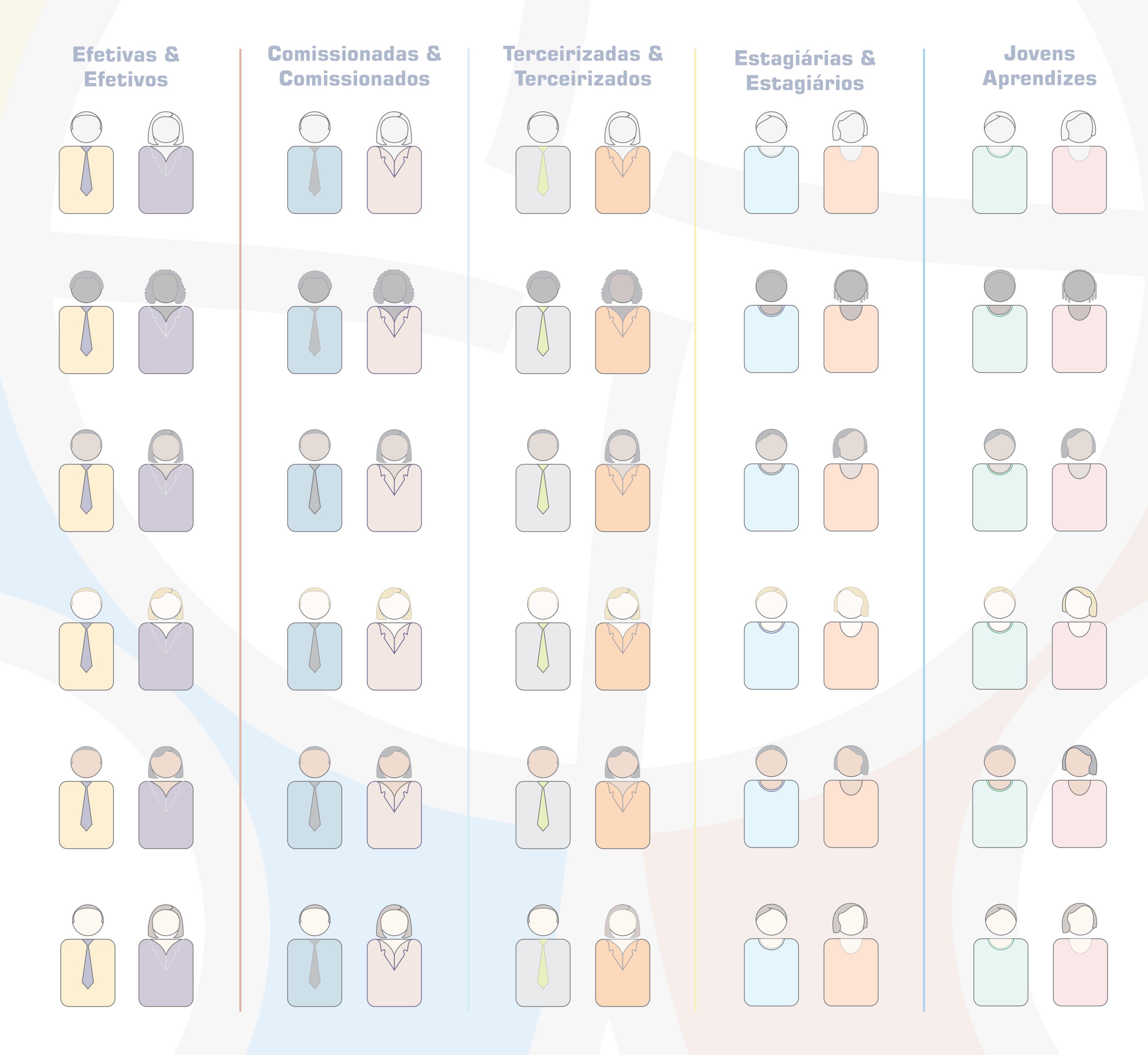


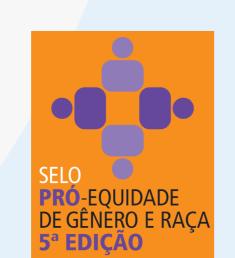


Exposição de Indicadores do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal

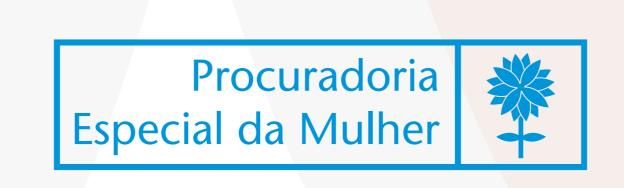
O que é o Programa: O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal teve sua origem na adesão ao programa de iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do governo federal, por meio de decisão da Comissão Diretora em 2011. O objetivo é estimular, no âmbito público e privado, a promoção de boas práticas em gestão de pessoas e cultura org<mark>anizac</mark>ional, na busca de um ambiente de trabalho mais justo e igualitário. O Programa conta com a parceria do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e da Procuradoria Especial da Mulher no Senado.

A exposição: Essa exposição vem sendo realizada desde 2014, bianualmente, com o objetivo de monitoramento da força de trabalho da Casa, pelo tipo de vínculo, sexo/gênero, cor/raça e etnia, escolaridade, faixa etária, estado civil, tipo de cargo, especialidade e função ocupada.





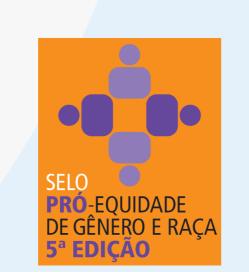




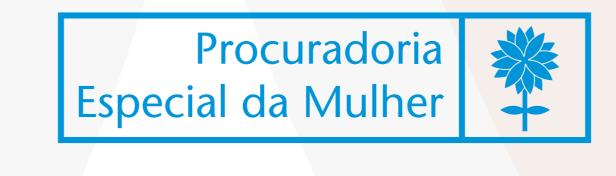




Comissionadas & Terceirizadas & Efetivas & Jovens Estagiárias & Comissionados Terceirizados Aprendizes **Efetivos** Estagiários











Us indicadores revelam persistente queda da presença de mulheres no quadro efetivo. Em 2014 e 2016, representavam 32% e 30%, respectivamente, e, em 2018, 28%. No âmbito da terceirização, houve aumento do total de mulheres em quatro pontos percentuais, passando de 37% (2016) para 41% (2018).

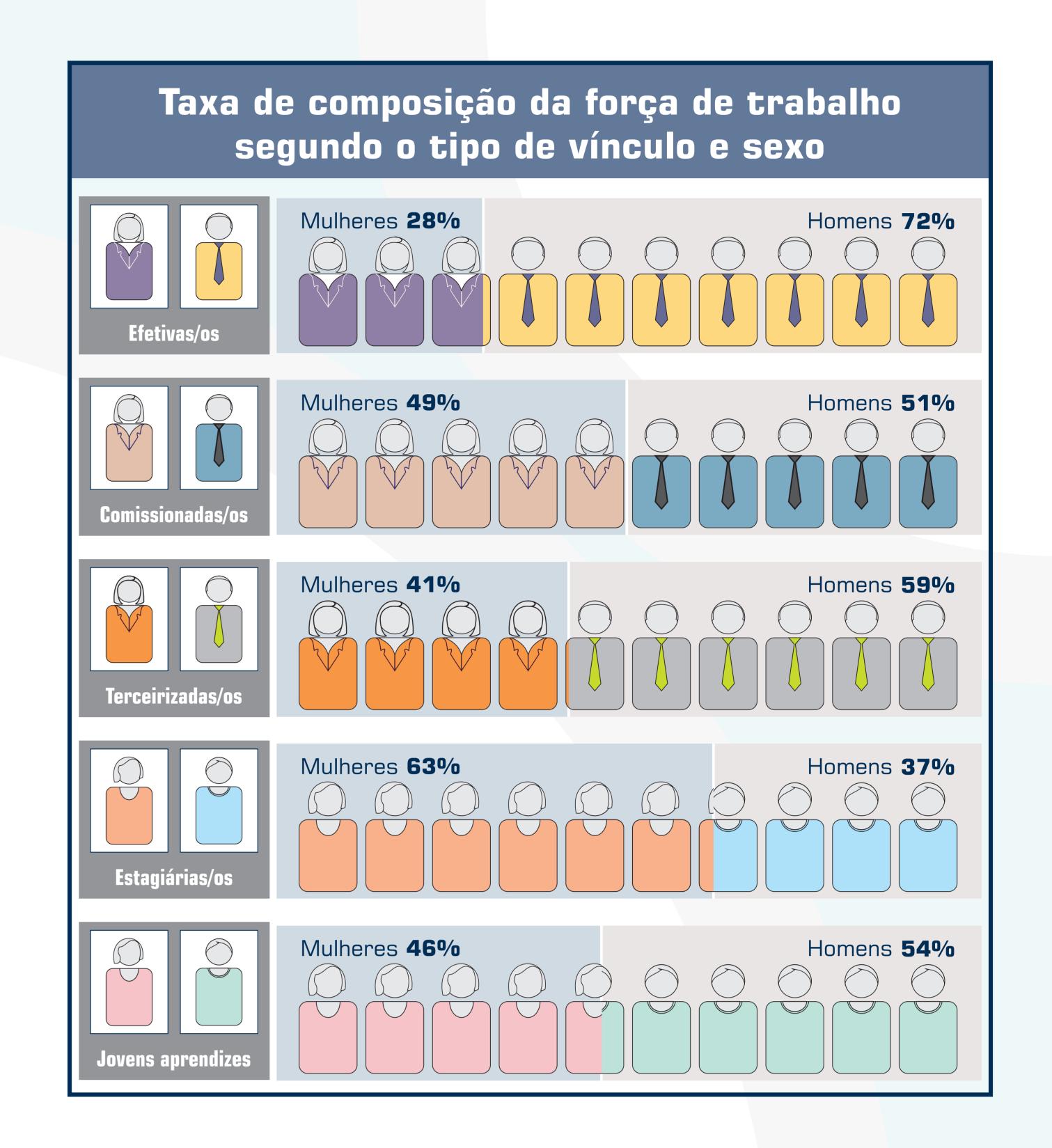
Em relação aos comissionados, observa-se pouca variação nos percentuais de homens e mulheres ao longo dessa série histórica, sendo que em 2014 representavam, respectivamente, (51% e 49%), em 2016 (52% e 48%) e, em 2018, (51% e 49%); mesmo após a mudança da legislatura, na data de 27/02/2019, nota-se equilíbrio da força de trabalho (50% e 50%). No último painel será detalhada a ocupação intracargos.

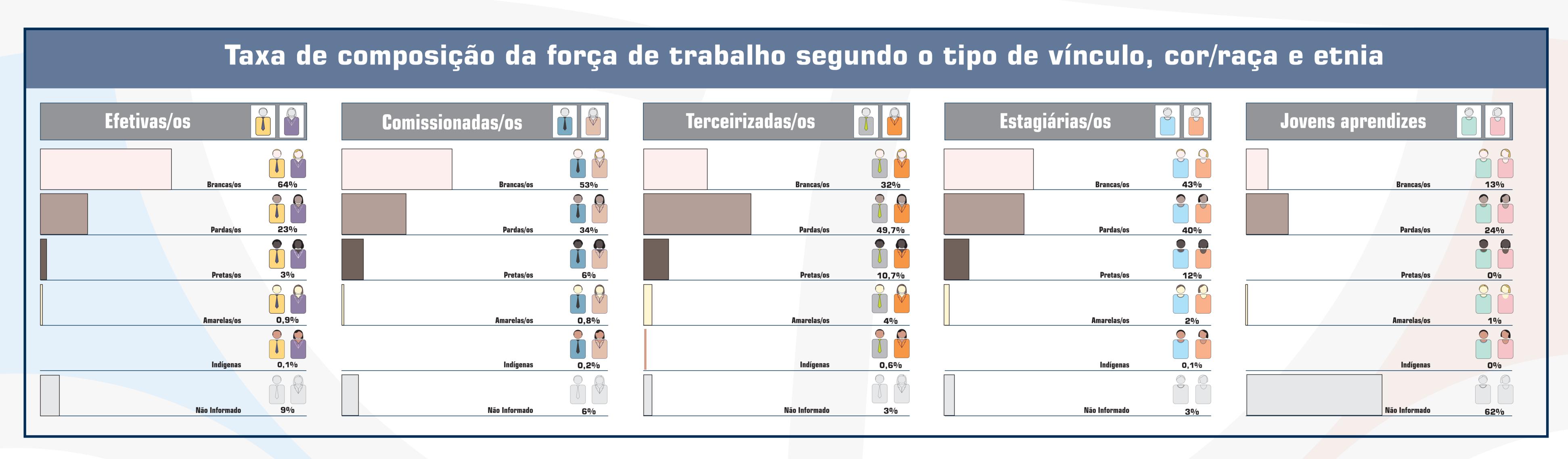
As mulheres estagiárias constituem maioria desse grupo de colaboradores, no percentual de 63%, e os jovens aprendizes são 54% de homens e 46% de mulheres. Dessa forma, apenas no vínculo "estagiária/o" as mulheres são maioria.

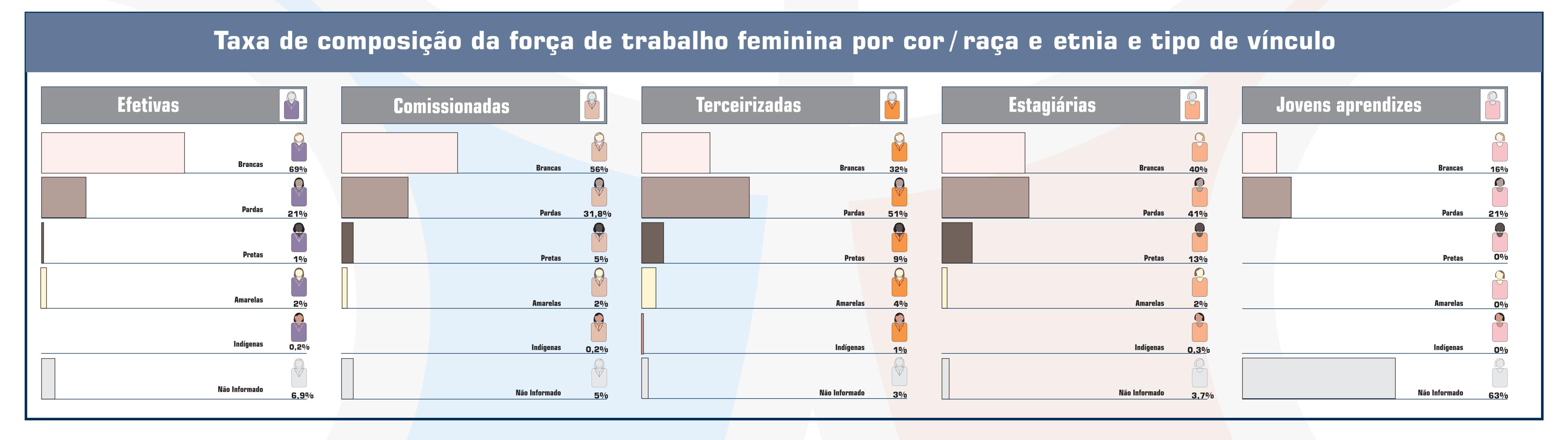
Considerando o quantitativo de todos os colaboradores, as mulheres representam 42% da força de trabalho, estando em menor número no grupo de efetivos.

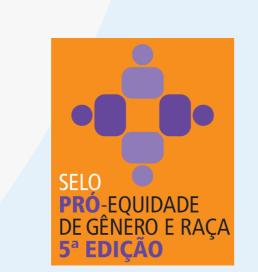
Na composição étnico-racial da força de trabalho, os ocupantes dos cargos de maior remuneração (efetivo e comissionado) são predominantemente brancos/as, ao passo que na terceirização predomina a autodeclaração parda. No estágio, 43% são brancas/os, 40% são pardas/os e 12% são pretas/os. Nota-se que em 2018 houve acréscimo nas declarações de corbranca, passando de 37% (2016) para 43% (2018).

Destaca-se, entre os jovens aprendizes, elevado índice de não informado (62%), fato esse que não ocorreu nos anos de 2014 e 2016. Constam 11 servidores/as dos quadros de efetivos/as e comissionados/as, 18 terceirizados/as e uma pessoa do estágio que se autodeclararam indígenas.

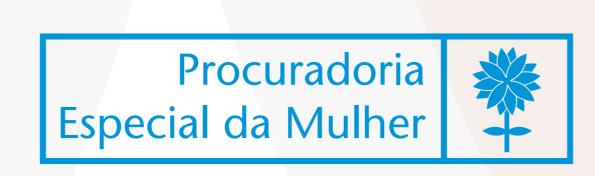












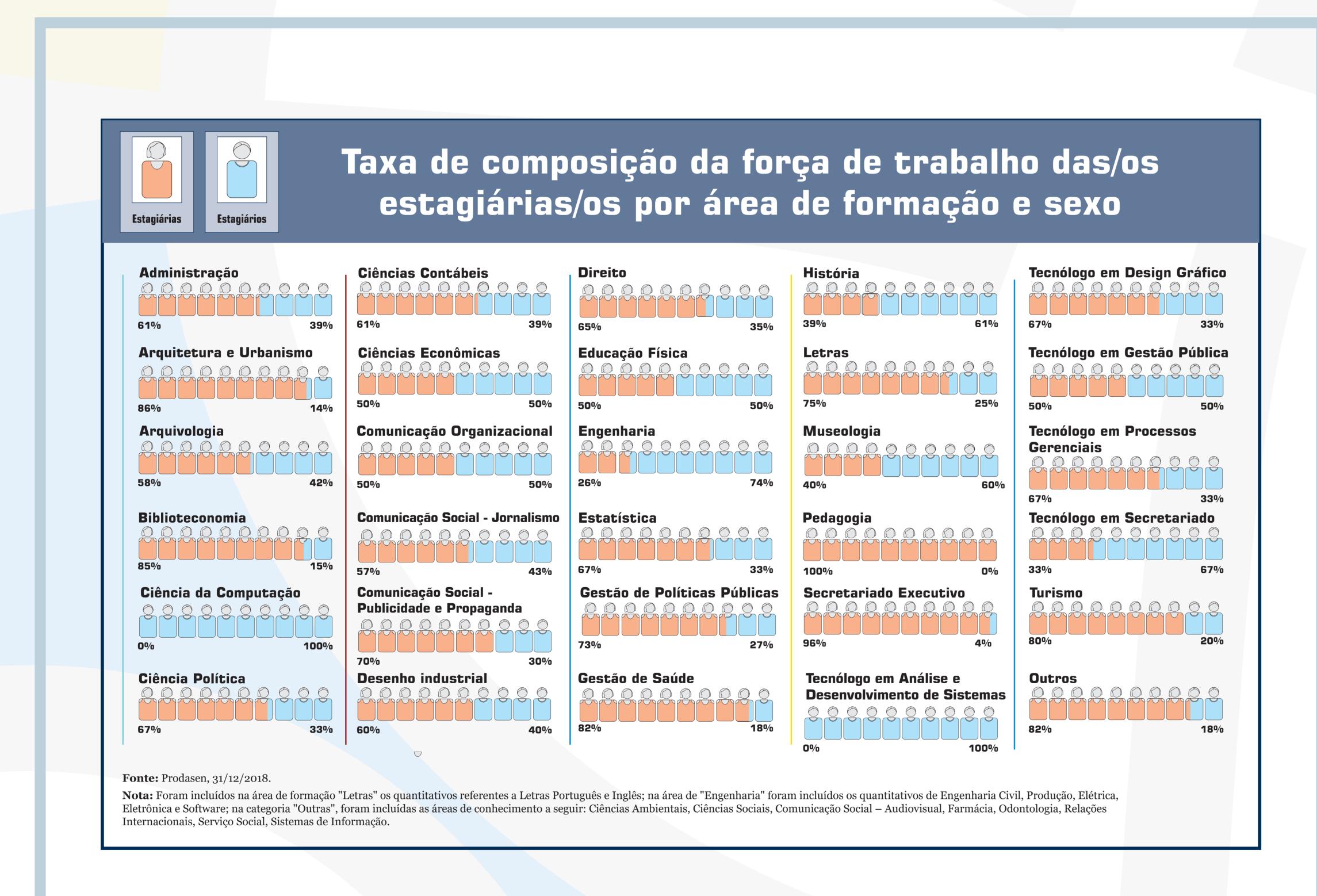




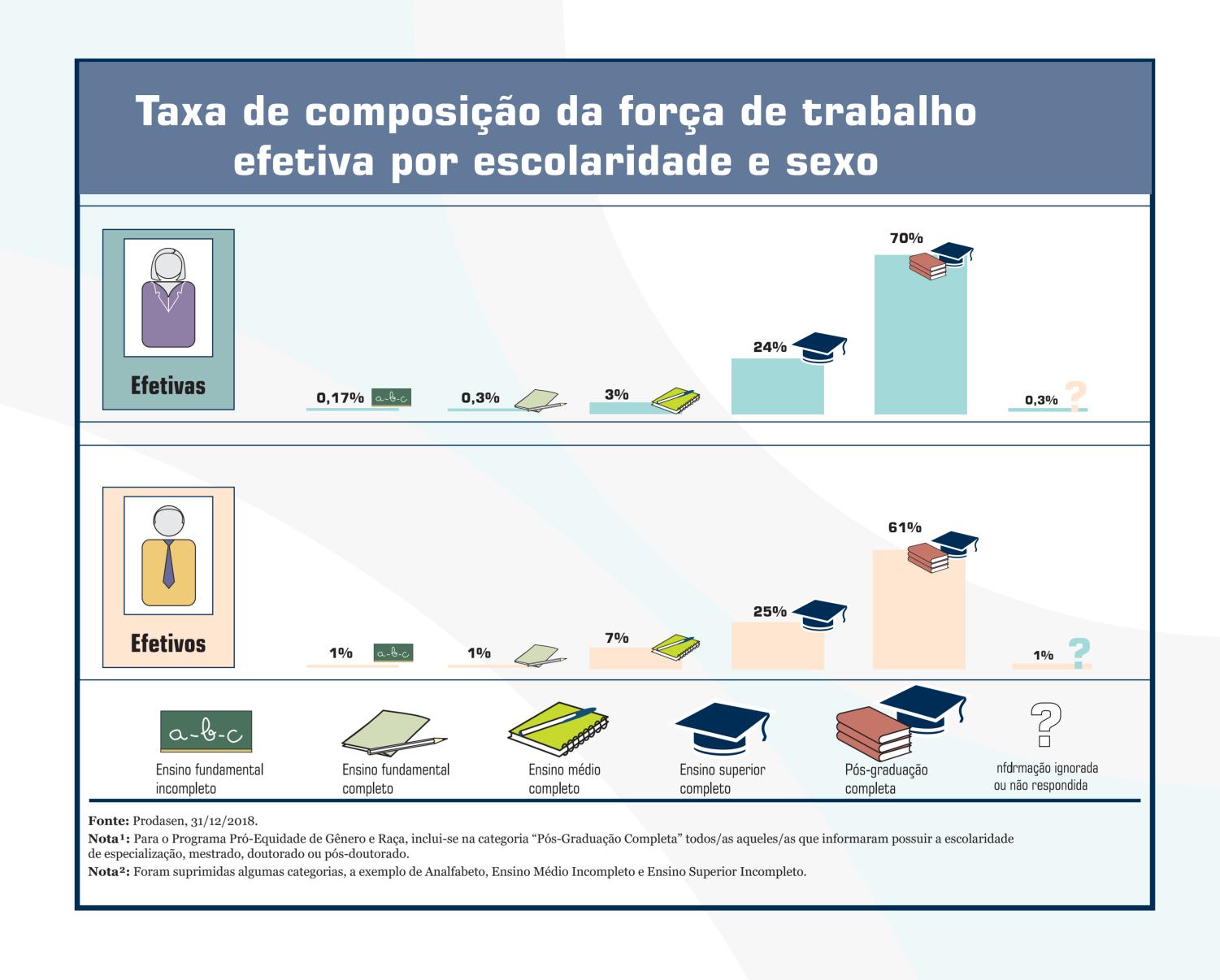
A categoria "escolaridade", do quadro efetivo, revela que prevalece a formação Pós-Graduação e Ensino Superior. Analisando a escolaridade de grupos de mulheres e homens, em separado, é possível observar que a proporção de mulheres pós-graduadas é superior à de homens. Essa é uma tendência observada desde a primeira mostra de indicadores em 2014.

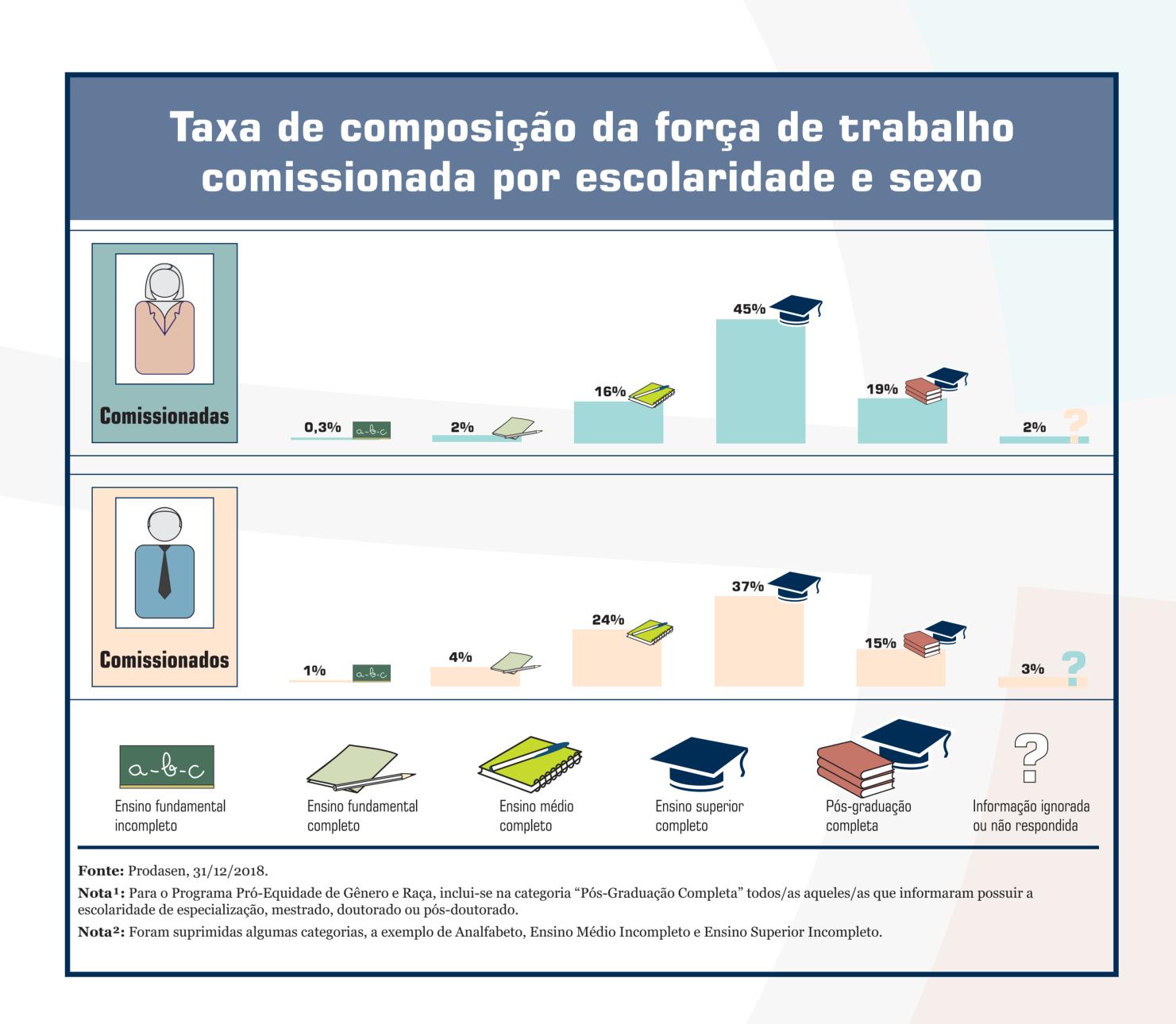
Cabe ressaltar que as mudanças empreendidas na gestão do vínculo "comissionado" reduziram drasticamente o percentual da categoria "Informação Ignorada ou não respondida", da ordem de mais de 50% em 2016, para apenas 3% em 2018. A obtenção desses dados resulta em uma análise mais consistente do perfil funcional de comissionados. Prevalece, entre os comissionados/as, a formação de Ensino Médio, Superior e Pós-Graduação. Analisando cada grupo de homens e mulheres em separado, verifica-se que o percentual de mulheres com ensino superior e pós-graduação é superior ao de homens.

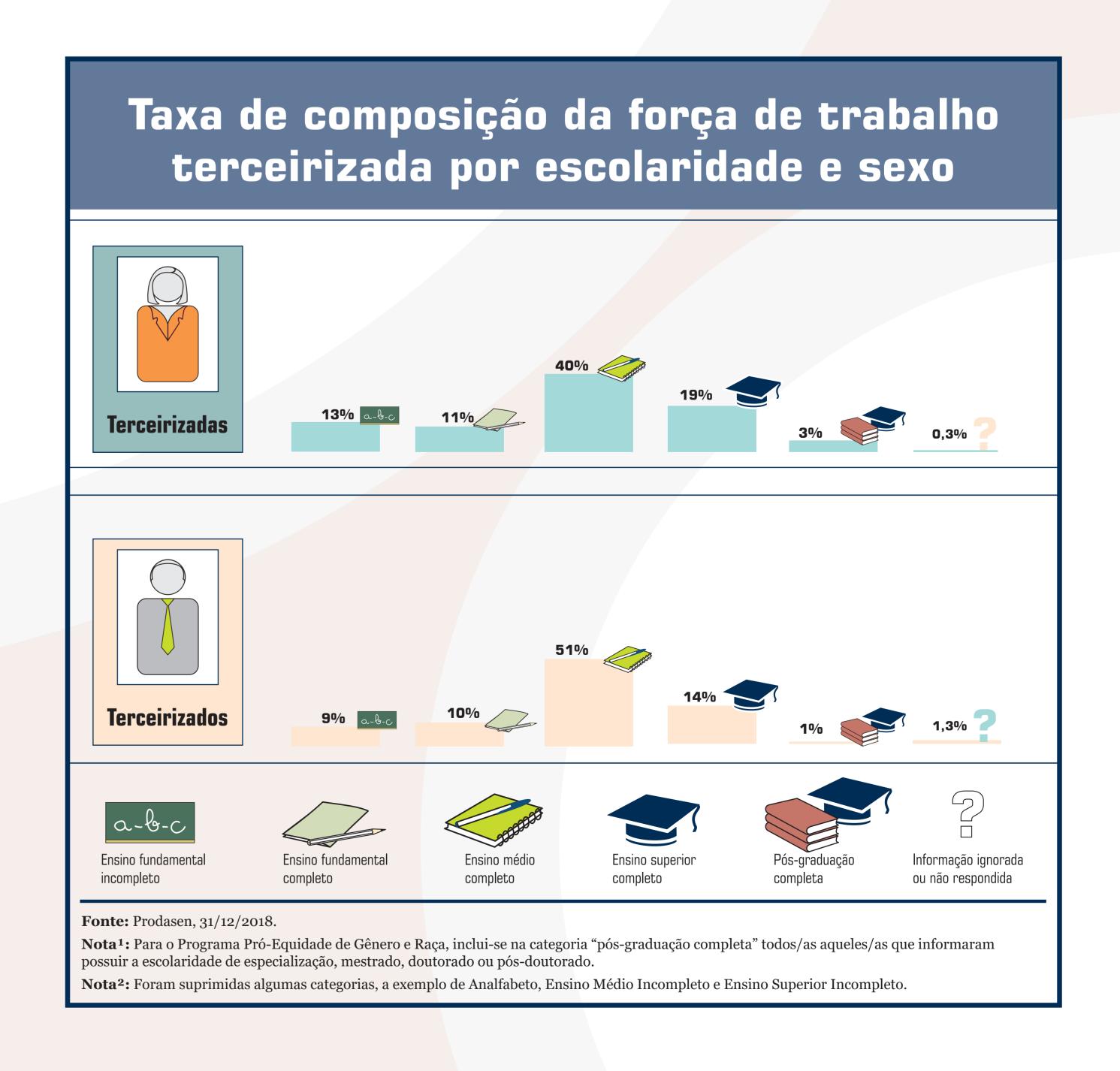
Em relação aos terceirizados/as, prevalece a formação de ensino superior completo e ensino médio completo, com gradativo aumento percentual nessas categorias. Em 2014, no grupo de mulheres terceirizadas, 9% possuíam formação superior e, no grupo de homens, 13%. Já em 2018, esse percentual aumentou para 19% no grupo de mulheres e 14% no grupo de homens. O percentual de pós-graduadas também registrou aumento, passando de 2% para 3%.

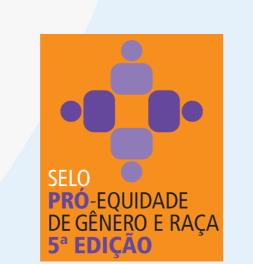


Constata-se a presença de estagiárias na grande maioria das áreas de formação, entretanto, ainda continuam sub-representadas nas áreas de exatas (Engenharia 26%; Ciência da Computação 0%; Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento 0%). Estão mais representadas em áreas culturalmente tidas por "femininas" como Biblioteconomia (85%), Gestão em Saúde (82%), Pedagogia (100%), Secretariado Executivo (96%).

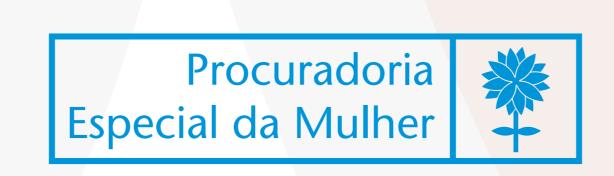












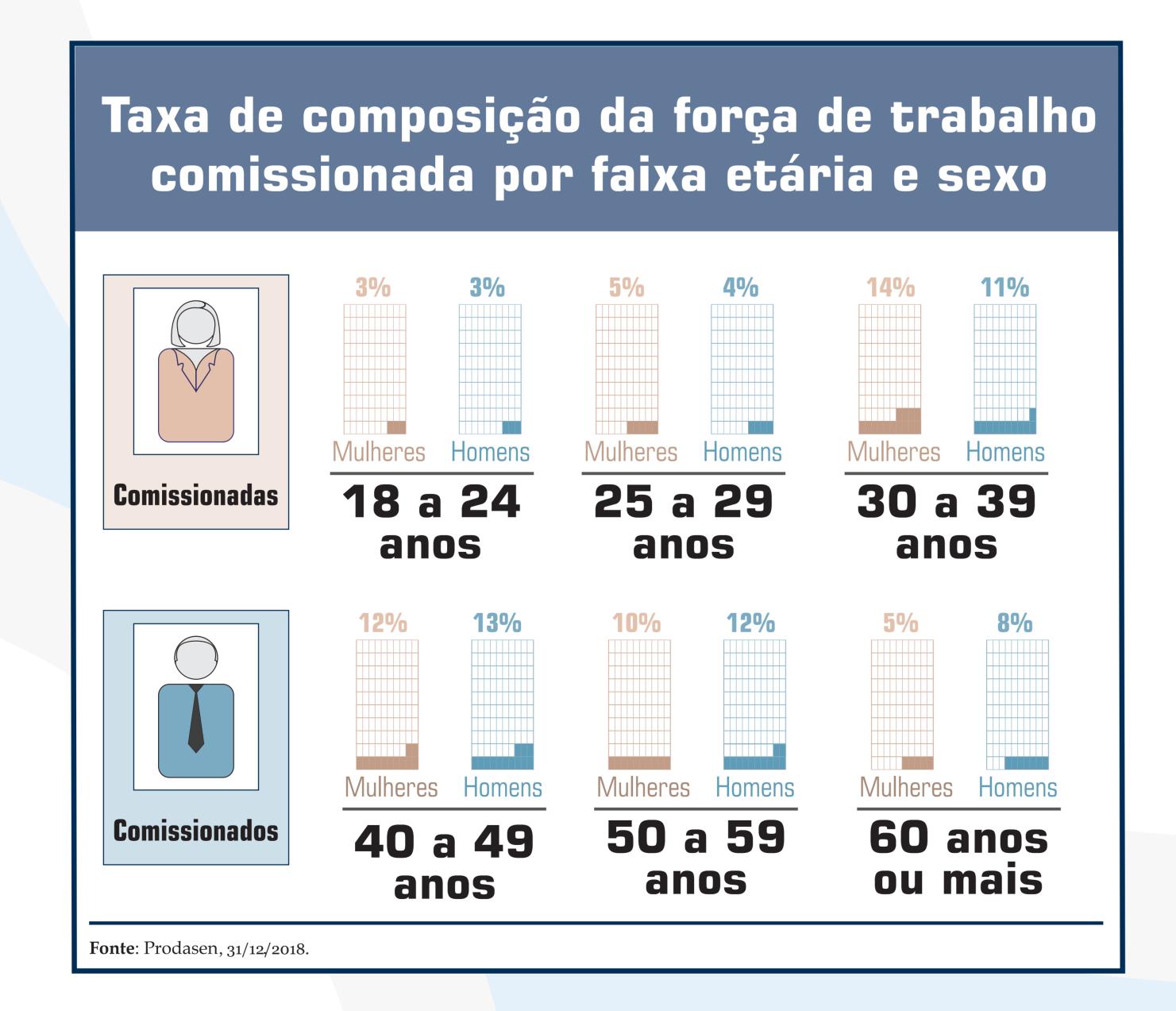




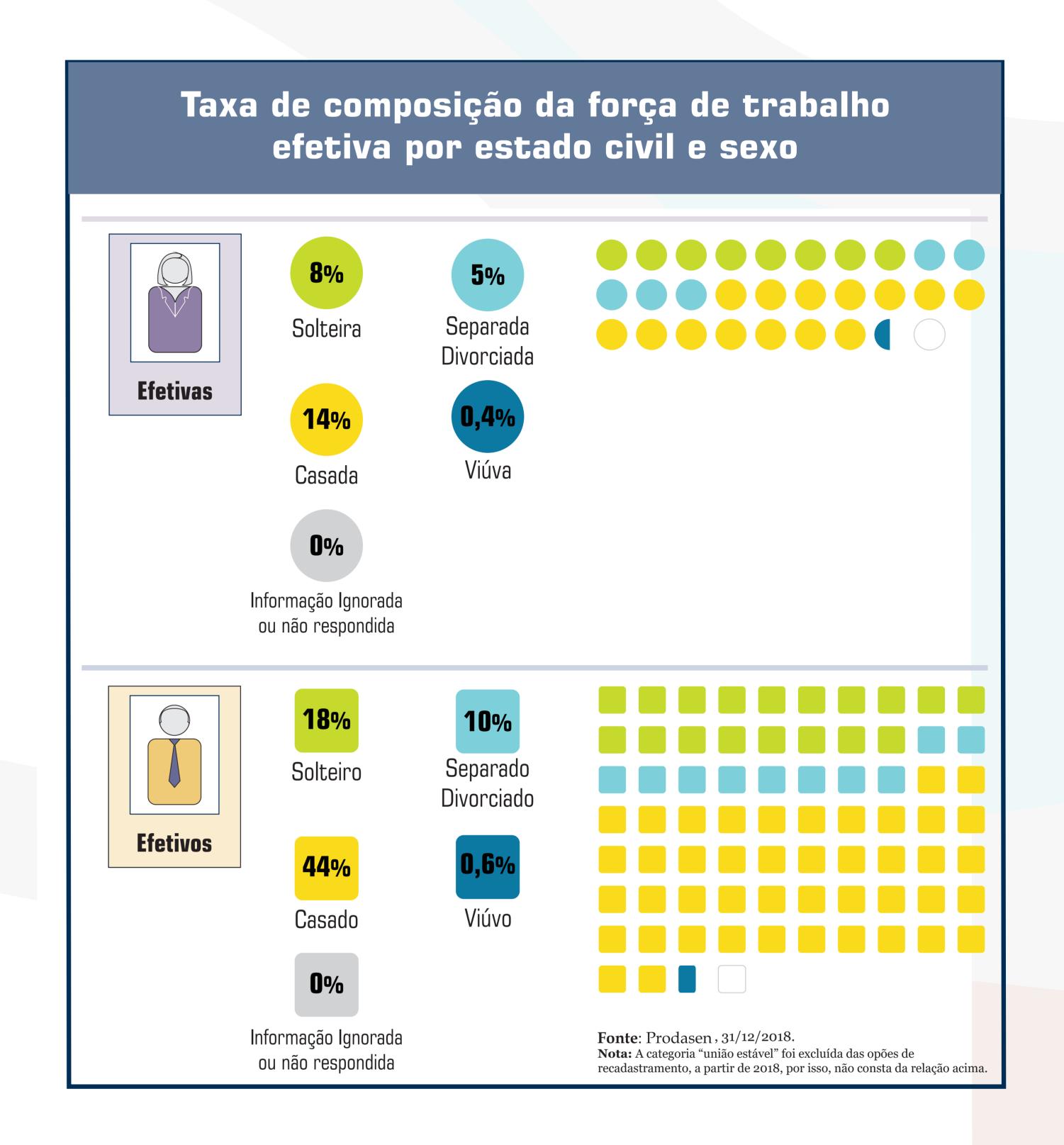
m termos de faixa etária, persiste a distribuição da força de trabalho efetiva em faixas de idade mais alta. Mesmo tendo havido redução do quantitativo total, devido às aposentadorias, observa-se, ainda, grande concentração de homens na faixa de 50 a 59 anos (31%). Constam 17% de servidores homens na faixa de 30 a 39 e 16% entre 40 a 49 anos. As mulheres, estão mais igualitariamente distribuídas, por faixa etária, sendo 9% entre 50 a 59 anos, 9% entre 30 a 39 e 8% entre 40 a 49 anos de idade.

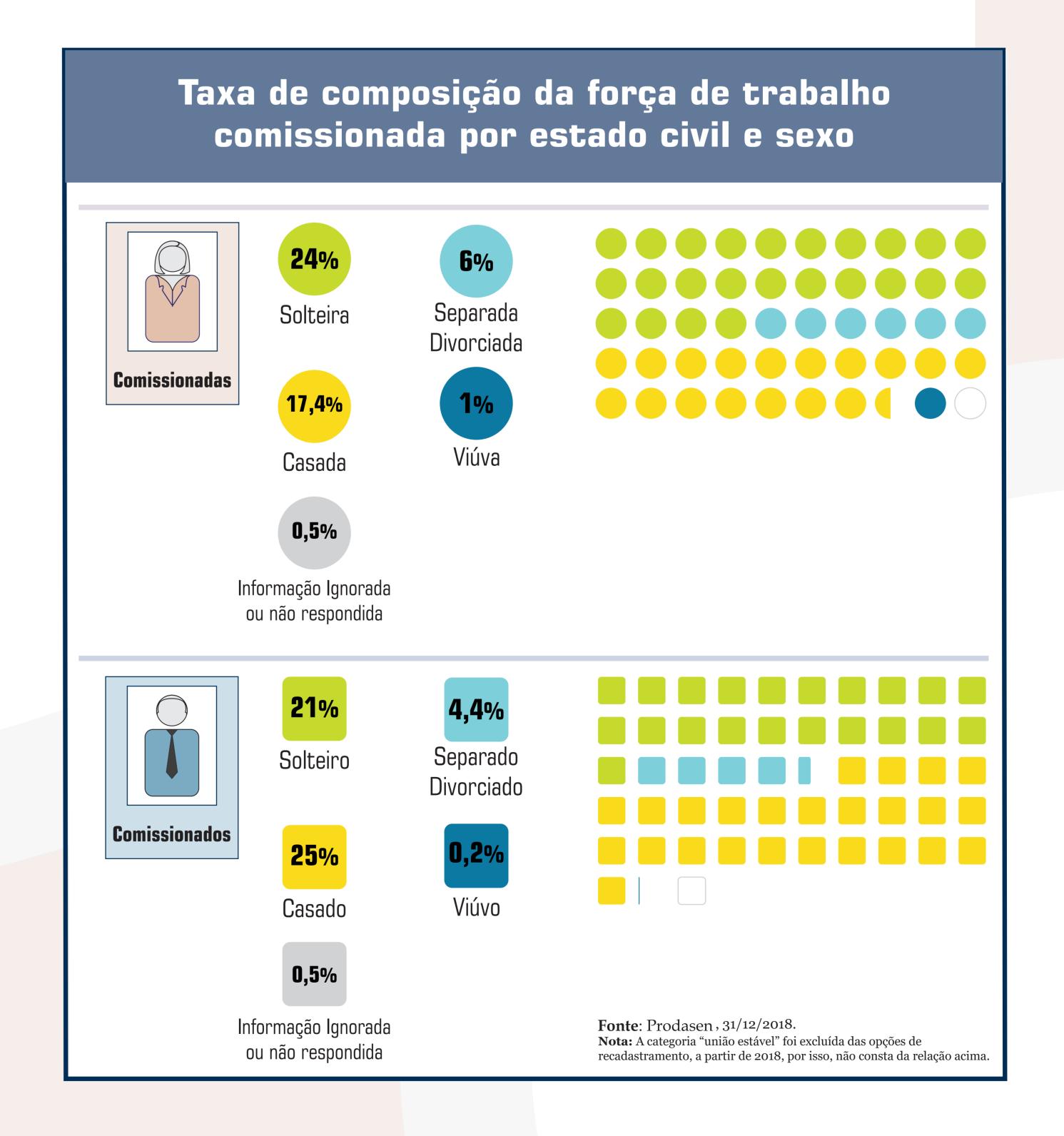
Em relação aos comissionados/as, os dados de 2018 revelam que há relativo equilíbrio na composição de homens e mulheres nas diversas faixas etárias. Entre os homens sobressai a faixa de 40 a 49 anos de idade com 13% e, entre as mulheres, a faixa de 30 a 39 anos, com 14%.

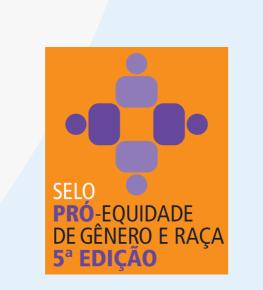




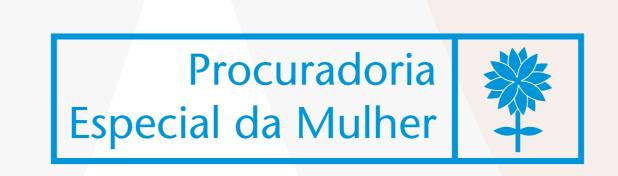
Em relação ao estado civil, prevalece a declaração de casado/a, seguida da categoria solteiro/a, nos grupos de homens e mulheres com vínculo efetivo. Entre os comissionados/as, prevalece a categoria casado entre os homens (25%) e a categoria solteira no grupo de mulheres (24%).





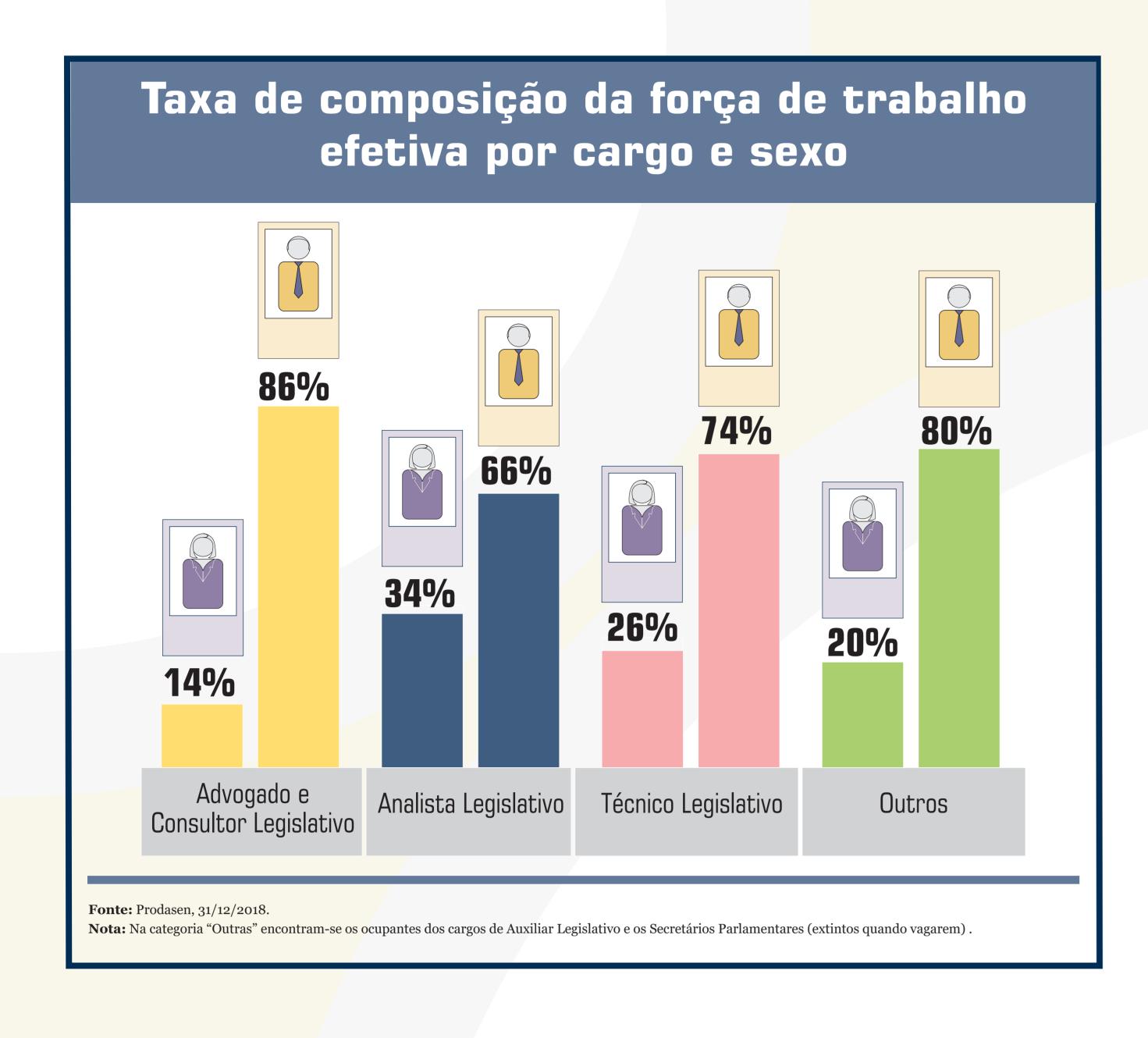




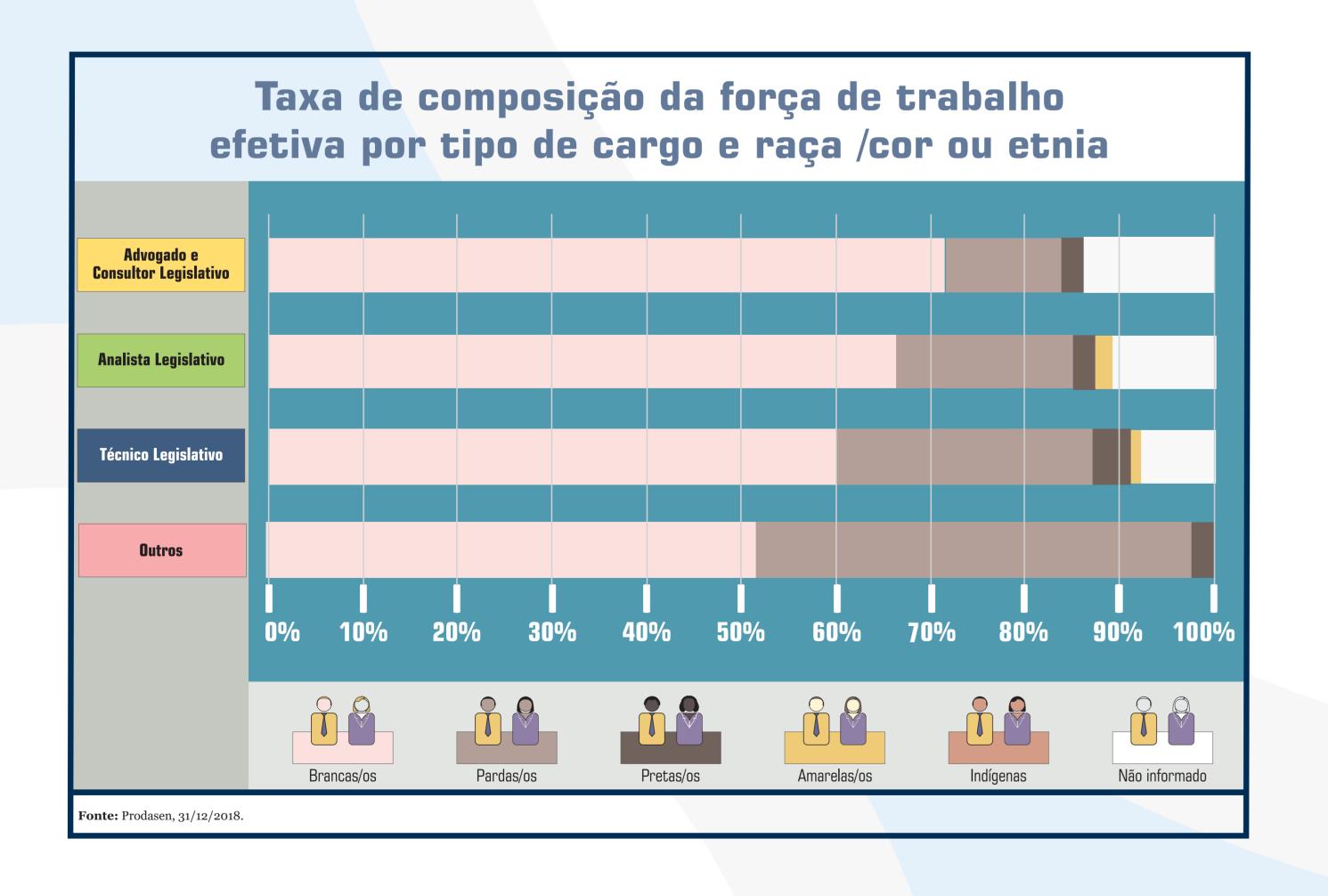




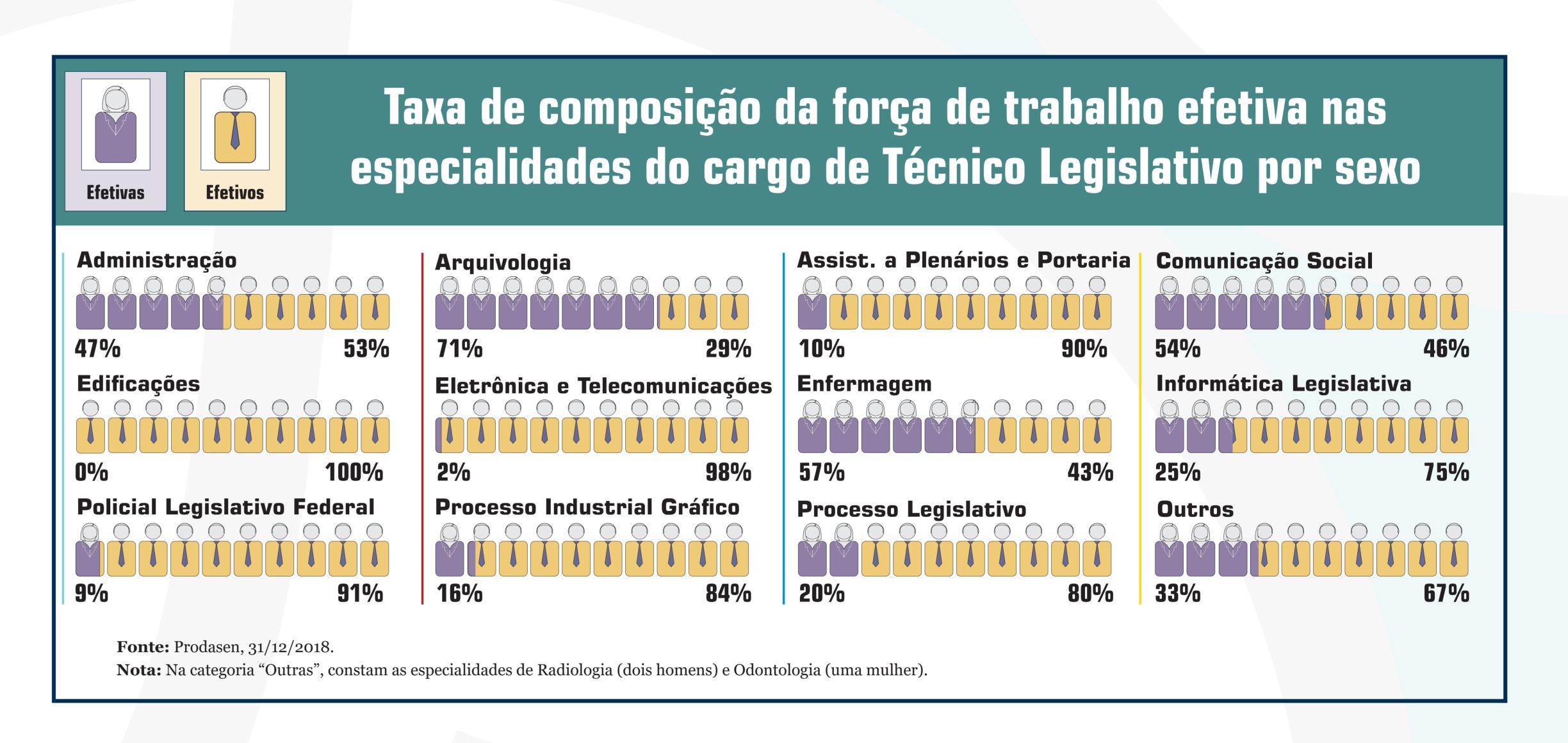


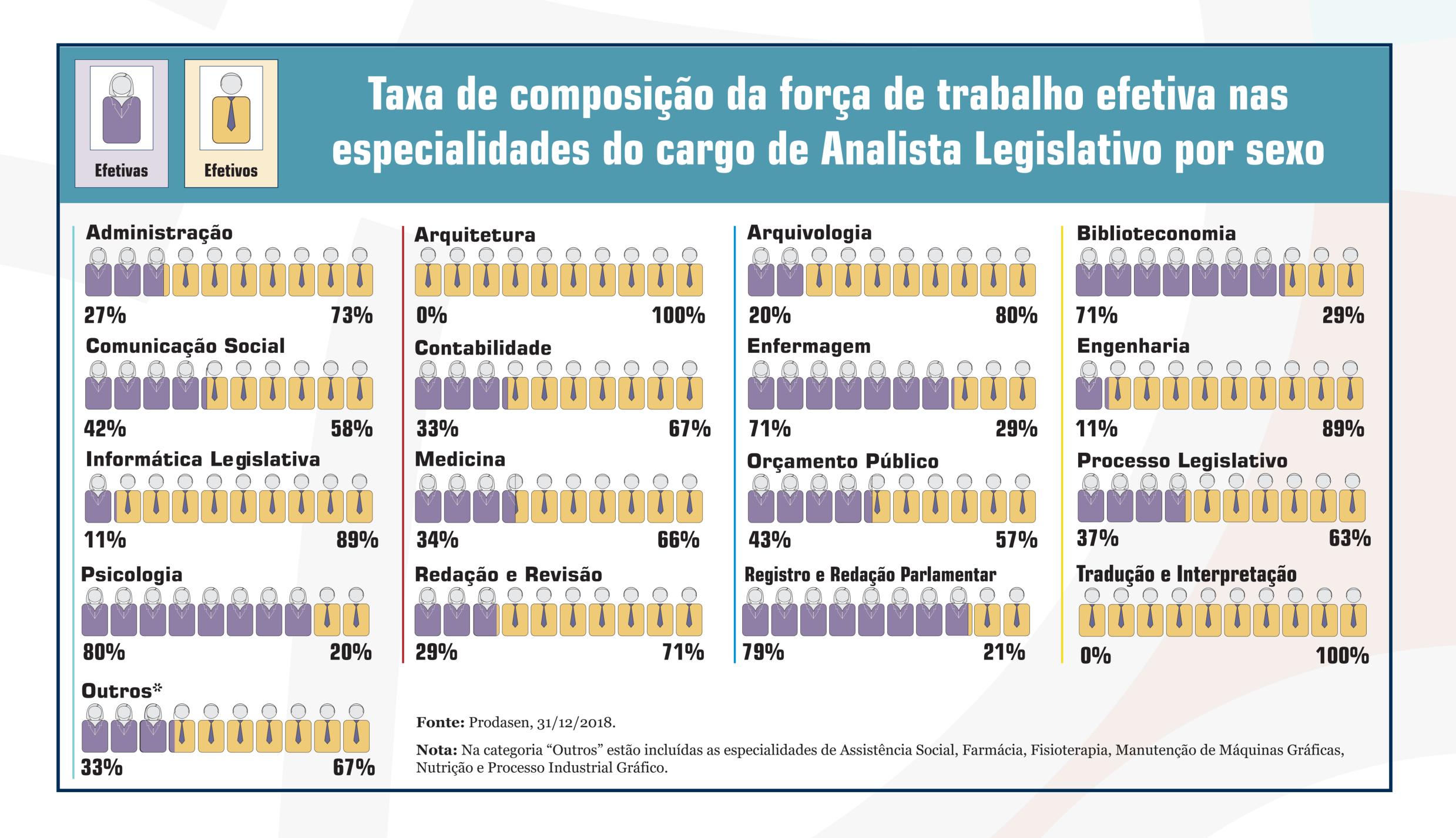


m termos de segmentação da força de trabalho, não houve significativa alteração dos dados observados em 2014 e 2016, tanto no cargo de Técnico Legislativo quanto no de Analista Legislativo. Em relação às especialidades do cargo de Técnico Legislativo, as mulheres estão mais concentradas nas especialidades de Arquivologia (71%), Comunicação Social (54%), Enfermagem (57%) e Administração (47%), tendo baixa representação em Eletrônica e Telecomunicações (2%), Policial Legislativo (9%), Informática Legislativa (25%) e Processo Industrial Gráfico (16%).

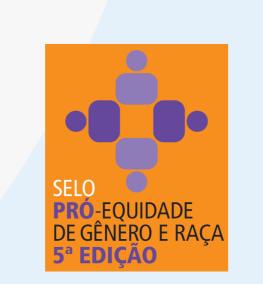


Conforme mostrado no início da exposição, a distribuição de homens e mulheres no quadro efetivo é, respectivamente, 72% e 28%. Sendo assim, a distribuição de mulheres nos diversos cargos se aproxima dessa proporção geral, à exceção dos cargos de Advogado e Consultor (Legislativo e de Orçamento). A distribuição de mulheres e homens no cargo de Analista Legislativo é 34% e 66%, Técnico Legislativo (26% e 74%) e Advogado/Consultor (14% e 86%).

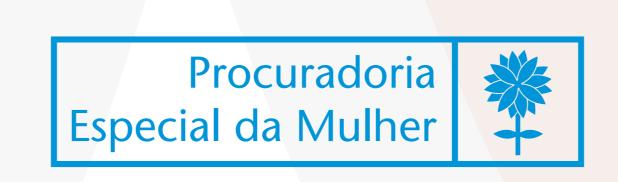




m relação ao cargo de Analista Legislativo, pode ser observada maioria de mulheres nas áreas de Biblioteconomia, Psicologia, Enfermagem, Registro e Redação Parlamentar e baixa representatividade nas especialidades vinculadas à área de conhecimento de exatas, como Informática Legislativa (11%) e Engenharia (11%). No tocante à composição étnico-racial e considerando os três cargos com maior quantitativo de servidores/as, Analista, Técnico e Advogado/Consultor, predomina a composição étnico-racial branca, sendo que o cargo de Técnico Legislativo é o que apresenta percentual mais significativo de pessoas que se autodeclaram pardas e pretas (28% e 3%).







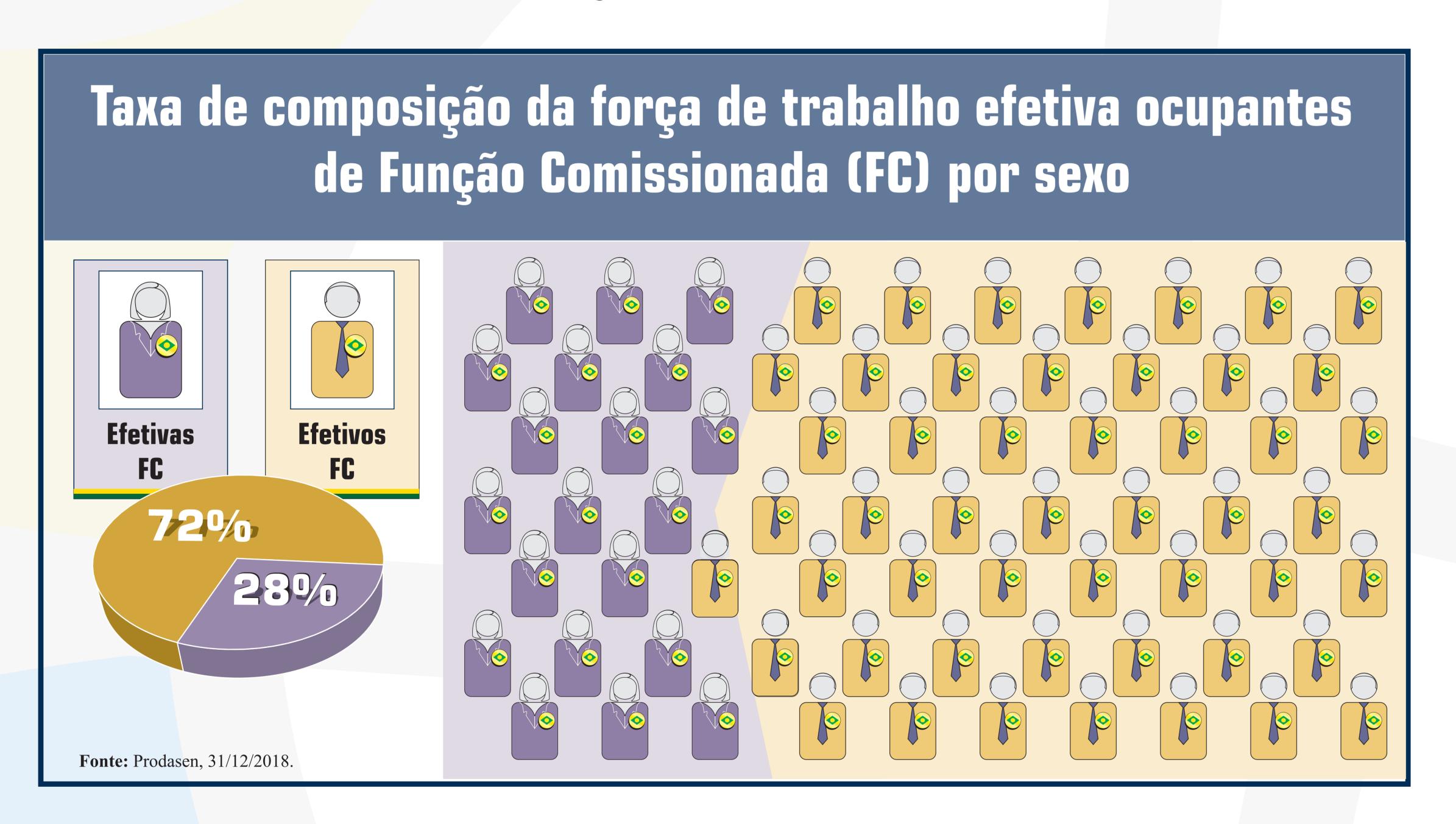




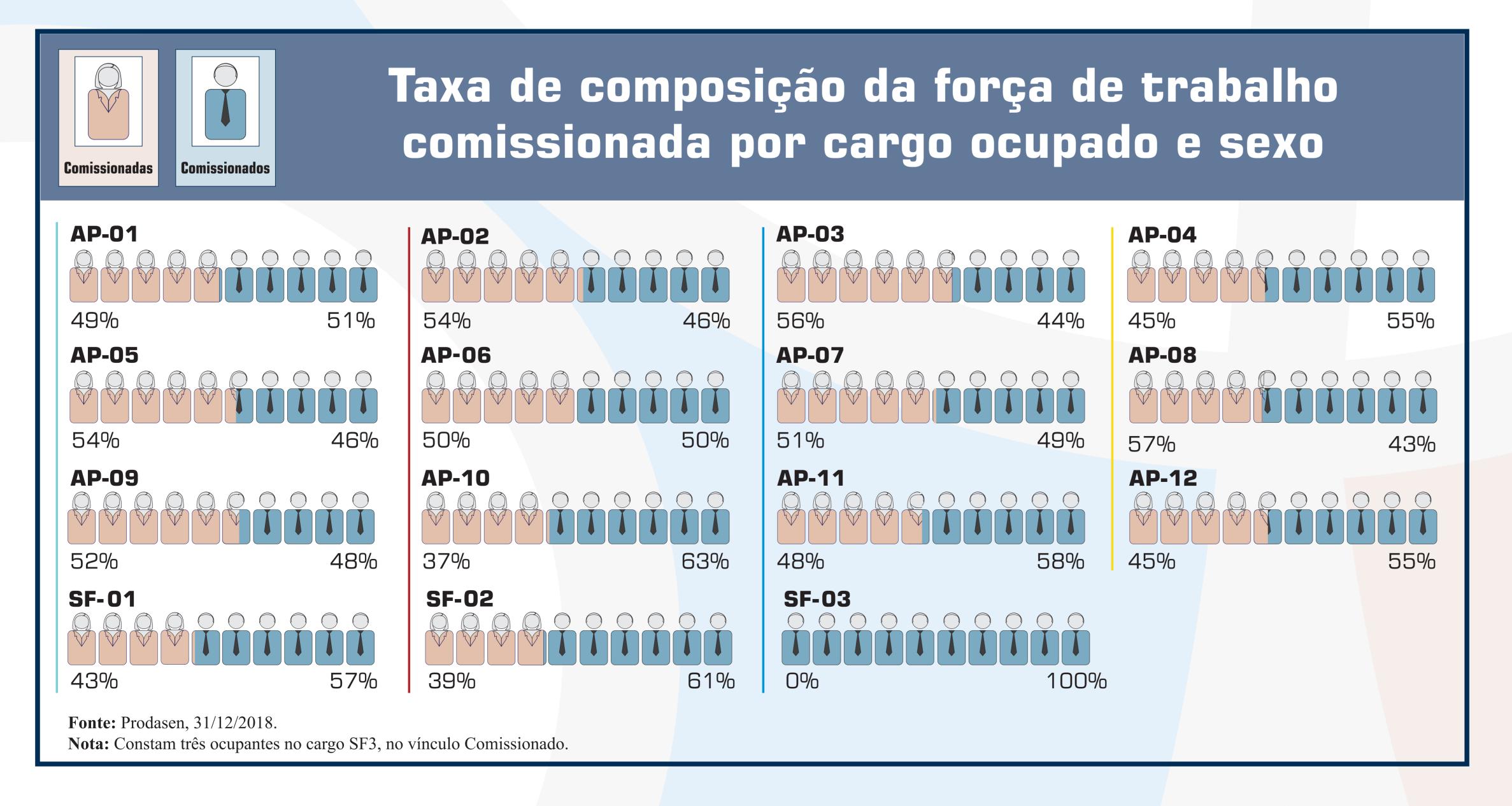
A distribuição percentual dos/as efetivos/as, ocupantes das Funções Comissionadas (FC), mostra que 28% são mulheres e 72% são homens, a mesma proporção do quantitativo total da força de trabalho efetiva.

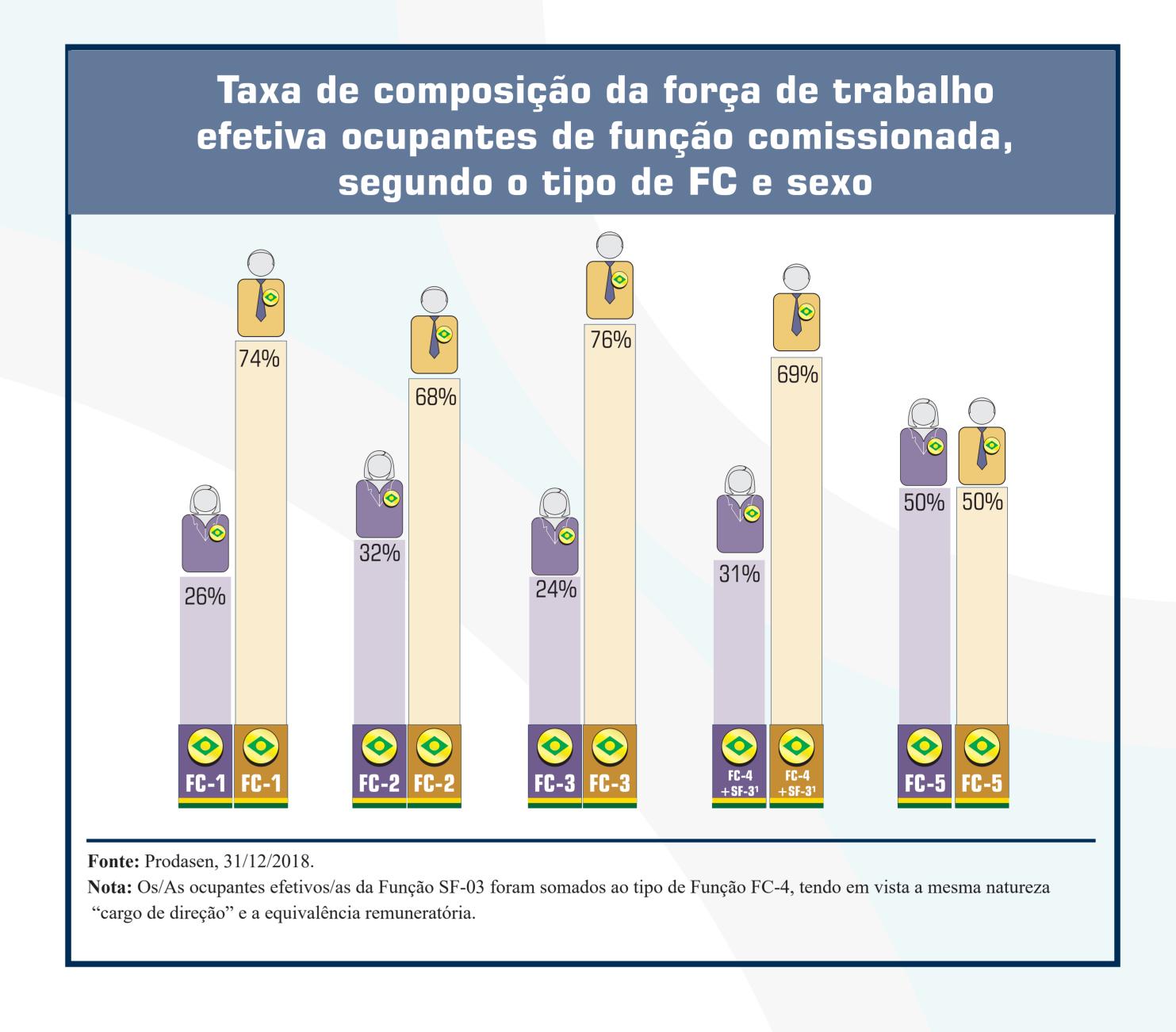
Essa proporção caiu, em desfavor das mulheres, comparativamente a 2014 (2%) e 2016 (1%). Verifica-se aumento da proporção de mulheres nas funções mais elevadas FC-2 (chefia) e FC-3, FC-4 e SF-03 (coordenação e direção), sendo mais significativa a proporção nos cargos de direção FC-4 e SF-03. Considerando o somatório das duas funções, de 2016 para 2018, o percentual de mulheres passou de 14% para 31%.

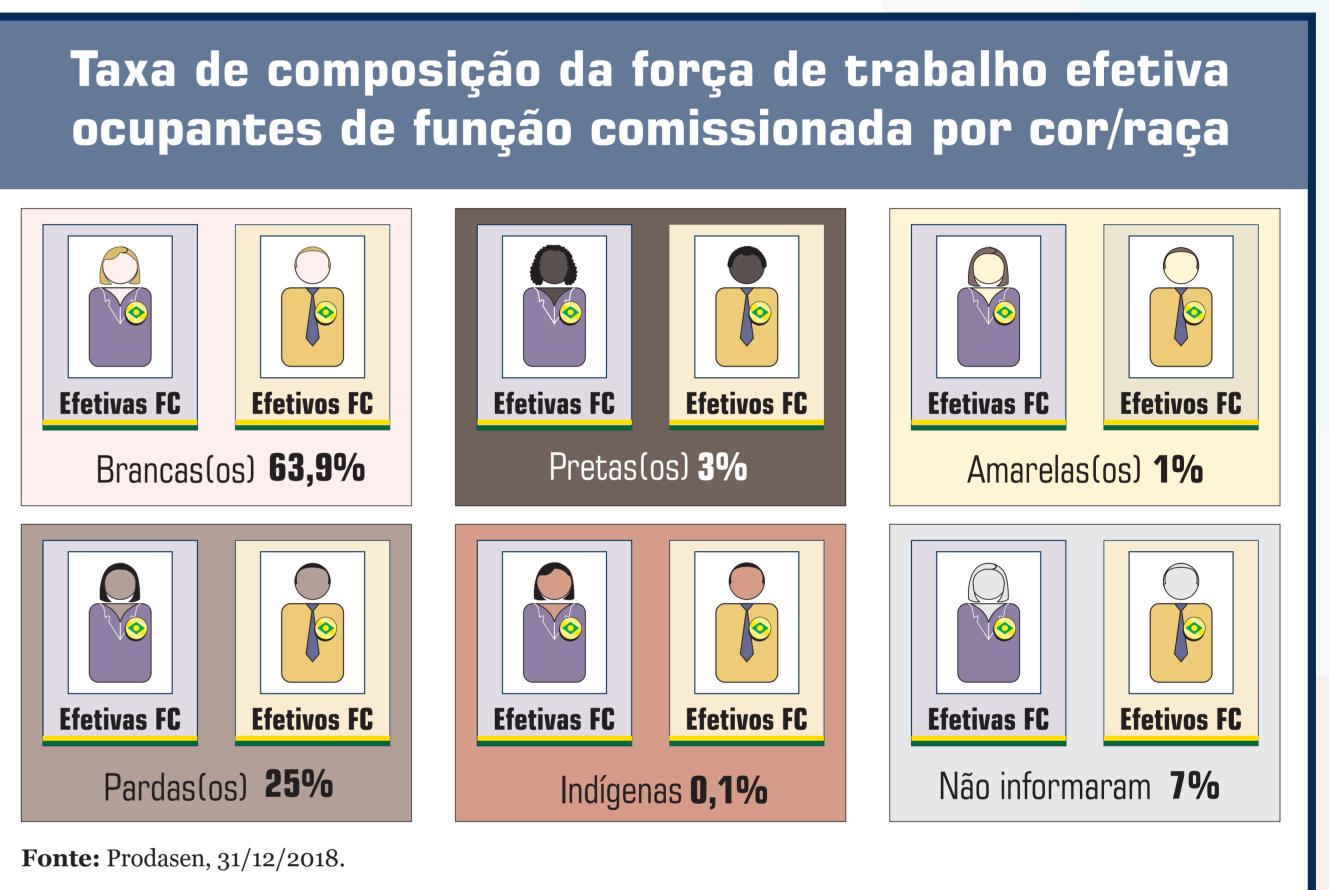
Importante destacar a paridade na função mais representativa da Casa (FC5), em termos de tomada de decisão, observada desde 2016. Quanto à cor/raça e etnia dos ocupantes de função comissionada, predomina a autodeclaração de cor branca (64%), seguida pela parda (25%).



Em relação ao quadro comissionado, nota-se uma distribuição relativamente equitativa entre homens e mulheres, à exceção do cargo símbolo SF03 (0%), AP-10 (37%), SF-02 (39%), nos quais as mulheres são minoria. Elas eram maioria em sete cargos, mas atualizando os dados, na data de 28/02/2019, cai o número para cinco, que estão inclusos nos cargos de menor nível remuneratório. O AP-1 é o menor nível remuneratório e o AP-12, o maior, entre os APs.







Programa Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado Federal pro-equidade@senado.gov.br

Comitê-Gestor:
CG-Pro-Equidade@senado.gov.br

